



**GABINETE DO PREFEITO – CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BURITI DO TOCANTINS**

**LEI Nº 11/2017**

Buriti do Tocantins - TOCANTINS, 05 de maio de 2017.

Certidão de Publicação  
CERTIFICO, para os fins de direito que o(a) presente foi  
publicado(a) na íntegra DOM - Diário Oficial do Município de Buriti do Tocantins nº  
05, do dia 05/05/2017.  
Secretaria Municipal de Administração  
WENDELL SILVA MIRANDA  
Secretário de Planejamento e  
Gestão Administrativa  
Portaria 001/2017

***“Institui o Programa de Assistência a Pessoas Carentes do Município de Buriti do Tocantins, Revoga a Lei Municipal 07/2013 de 02 de julho de 2013 e da outras providencias”.***

**O PREFEITO DE BURITI DO TOCANTINS**, Estado do Tocantins, senhor **Américo dos Reis Borges**, no uso de suas atribuições constitucionais legais faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu, com base na Lei Orgânica do Município, SANCIONO a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica instituído no Município de Buriti do Tocantins - TO o Programa de Benefícios Assistenciais a Pessoas Carentes que comprovarem essa condição.

Parágrafo único: o programa será custeado com recursos próprios do Município, repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** O Programa a que se refere o artigo primeiro será coordenado pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 3º.** Na execução do programa de que trata esta Lei, os órgãos citados no artigo segundo serão, através de seus representantes legais, os responsáveis diretos pela aplicação dos critérios estabelecidos, que permitirão a inclusão, no **PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO**, de usuários que realmente se encontrarem em estado de pobreza.

**Art. 4º.** São pessoas consideradas carentes para os fins desta Lei:

I – as que estejam inscritas nos programas sociais do cadastro único do governo federal;

II – as que não estejam inscritas nos programas sociais do cadastro único do governo federal, mas que comprovem junto à Secretaria Municipal de Assistência Social a sua condição de pobreza;

§ 1º - no caso da pessoa carente ter filhos em idade escolar, a Secretaria Municipal de Educação verificará se os seus filhos se encontram regularmente matriculados na rede municipal de ensino;

§ 2º – no caso da pessoa carente se encontrar em estado gravídico, a mesma só será beneficiada se estiver realizando, na forma da lei, os exames de pré-natal.





**GABINETE DO PREFEITO – CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BURITI DO TOCANTINS**

**Art. 5º.** São consideradas, cumulativamente, condições de pobreza as seguintes:

- I – Inexistência de moradia própria;
- II – desemprego;
- III – renda informal inferior a um salário mínimo.

2

Parágrafo único – A constatação de pobreza será atestada por um profissional habilitado no serviço social.

**Art. 6º.** Constatado na forma desta Lei o estado de pobreza, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder as pessoas devidamente cadastradas e, comprovadamente carentes, mediante laudo prévio de constatação da condição de carência, a ser realizado por profissional do serviço social, os seguintes benefícios:

- I - Passagem rodoviária, para deslocamento dentro do Estado ou fora dele;
- II - Medicamento para tratamento de saúde;
- III - Consultas, cirurgias e exames médicos e laboratoriais;
- IV - Material de construção;
- V - Urnas funerárias e traslados;
- VI - Próteses, órteses e cadeiras de rodas;
- VII - Cestas básicas;
- VIII - Transporte de pessoas e mudanças residenciais;
- IX - Óculos e consultas oftalmológicas;
- X - Pagamento de faturas de água e luz;
- XI - Outros bens de consumo e serviços para atendimento a flagelados, na ocorrência de estado de calamidade pública;
- XII - Apoio financeiro em moeda corrente a pessoas carentes de no máximo 01 (um) salário mínimo vigente;
- XIII - Doação de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (gás de cozinha).

Parágrafo único – os benefícios de trata esta Lei, não serão concedidos se forem de responsabilidade do TFD – Tratamento de Saúde Fora do Domicílio, bem como os beneficiários só poderão ser contemplados 01 (uma) vez a cada 04 (quatro) meses.

**Art. 7º.** As cestas básicas só poderão ser fornecidas diretamente ao beneficiário, não se admitindo qualquer tipo de intermediação.

**Art. 8º.** As urnas funerárias serão fornecidas, desde que o auxílio seja solicitado junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com exceção aos falecimentos ocorridos em dias não úteis.



**GABINETE DO PREFEITO – CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BURITI DO TOCANTINS**

§1º - O auxílio funerário de que trata o caput deste artigo só será realizado com a apresentação da declaração de óbito do Ministério da Saúde ou certidão de óbito fornecido pelo cartório competente.

§2º - O pagamento dos benefícios de que trata esta Lei serão realizados conjuntamente pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal de Saúde.

§3º - A documentação de comprovação de óbito será entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fins de ser protocolizada e arquivada no ato da solicitação do benefício.

**Art. 9º.** A ajuda será disponibilizada de acordo com a real necessidade do interessado e da existência de verbas nos cofres públicos, sempre nos limites das dotações orçamentárias ou dos recursos oriundos, convênios assistenciais de cooperação firmados pelo Município com entidades ou órgãos afins, públicos ou privados.

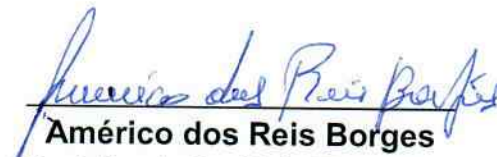
**Art. 10º.** A aprovação desta Lei não dispensa o Município da realização do processo licitatório, quando cabível, para aquisição dos bens ou serviços necessários.

**Art. 11.** A assistência prevista nessa Lei será prestada exclusivamente aos cidadãos residentes no Município, que dela necessitarem independente de raça, cor, sexo, credo religioso ou preferência político-partidária.

**Art. 12.** Fica autorizada na forma desta Lei a adequação necessária ao orçamento do Município.

**Art. 13.** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, devendo ser revogadas todas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 07/2013 de 02 de julho de 2013.

**GABINETE DO PREFEITO DE BURITI DO TOCANTINS - TOCANTINS**, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete (05/05/2017).

  
**Américo dos Reis Borges**  
Prefeito de Buriti do Tocantins

**Wendell Silva Miranda**  
Secretário Municipal de Administração